



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI ORDINÁRIA 1.239/2007

Revoga a Lei Ordinária Municipal, 1.103, de 05 de maio de 2003, que autorizou a doação de imóvel ao Conselho da Comunidade de Apoio Social da Comarca de Lajinha e autoriza a doação de bem imóvel à APAC a ser criada na Comarca de Lajinha e dá outras providências.

O povo do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais na CÂMARA MUNICIPAL, aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogada a Lei 1.103/2003, que autorizou o Poder Executivo Municipal a doar terreno, que especifica, ao Conselho da Comunidade de Apoio Social da Comarca de Lajinha, revertendo o bem para o Erário Público Municipal, com todas as suas acessões, independente de indenização, a pedido expresso da diretoria em exercício da entidade aqui referida.-

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal de Lajinha, a doação à APAC, a ser criada na Comarca de Lajinha, dos imóveis denominados: Fazenda do Itá, constituído de 5.289- (cinco mil, duzentos e oitenta e nove) metros quadrados de terras legítimas, com as benfeitorias ali existentes, confrontando-se pela frente com a estrada que liga Lajinha a Chalé-MG, fundos com o Rio São Domingos, pelas laterais com Luiz José de Souza, com que mais de direito houver ou seus sucessores a qualquer título, transcrito no RI d/comarca sob o nº: R-2/4.489, de 12/01/04 e São Domingos, constituído de 00.06,50 hectares de terras legítimas, onde há três casas, confrontando-se com o Rio São Domingos, Euclides Cardoso, que mais direito houver ou seus sucessores a qualquer título, transcrito no RI d/comarca sob o nº: R-2/4.489, de 12/01/04, para instalação da sede da APAC da Comarca e do Centro de Recuperação.-

Art. 3º - Fica o Poder Executivo dispensado de proceder à concorrência pública, na forma do inciso I do art. 106 da Lei Orgânica Municipal.-

Art. 4º - Fica autorizado o Conselho da Comunidade de Apoio Social da Comarca de Lajinha a entrar na posse imediata dos imóveis citados no art. 2º desta lei, em caráter precário e temporário.-

Parág. 1º - Está o conselho, referido no caput deste artigo, obrigado a transferir a sua posse precária e temporária, dos imóveis citados no art. 2º desta lei, para a APAC e seu CENTRO DE RECUPERAÇÃO da comarca, no prazo máximo de 30-(trinta) dias após a sua regular constituição para que o seu domínio se consolide nos imóveis referidos.-

Parág. 2º - Se não houver o cumprimento da obrigação constante do parág. 1º, deste artigo, no prazo ali estabelecido, pelas entidades ali referidas, os imóveis citados no art. 2º desta lei reverter-se-ão, de pleno direito, sem direito a qualquer espécie de indenização por parte da donatária, à plena propriedade do doador.-



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Parág. 3º - As condições da presente doação devem constar de forma clara na escritura a ser outorgada pelo Município à donatário APAC, com cláusula de retrocessão dos imóveis em caso de seu menor descumprimento.-

Art. 5º - As despesas para outorga da escritura de doação dos imóveis citados no art. 2º desta lei, seu registro, correrão por conta da APAC.-

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.-

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE ABRIL DO
ANO DOIS MIL E SETE. (18/04/2007)

Ver. PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 07/05/2007, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Morais
At. Legislativo